



MESTRADO EM INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Integração socioprofissional do/a cidadão/ã com deficiência ou incapacidade em Vila Nova de Gaia: contributos de um Centro de Inclusão Social para uma comunidade mais inclusiva

Sob a orientação de Professora Doutora Ana Maria Paula Marques Gomes
De Marina Raquel Lopes Mendes

2022

Índice Geral	I
Índice da Tabelas	II
Índice de Siglas	II
Resumo/Abstract	IV
INTRODUÇÃO	6
PARTE I – EQUADRAMENTO TEÓRICO	7
1. Políticas Inclusivas	7
1.1. Integração socioprofissional da pessoa com deficiência	8
1.2. Sociedade Inclusiva	9
1.3. Diversidade	10
1.4. Suportes Legislativos na área da deficiência em Portugal	13
PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO	17
1. Metodologia	17
2. Objetivos da investigação	17
3. Instrumentos de recolha de dados	18
4. Caracterização do Concelho de Vila Nova de Gaia ao nível da população com deficiência	19
5. Estudo de caso: o Centro de Inclusão Social (CIS)	21
5.1. Definição da amostra	24
5.2. Entrevistas semiestruturadas e Análise de conteúdo	25
6. Análise das entrevistas	27
PARTE III -PROJETO DE INTERVENÇÃO	42
1. Projeto LabIN	42
1.1. Fases do projeto	43
1.1.1. Problema social identificado	43
1.2. Objetivos, metas e finalidades	45
1.3. Atividades a realizar e cronograma	46
1.4. Recursos Humanos e Financeiros	47
2. Avaliação	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51
ANEXOS	54

Índice de Tabelas

Tabela 1: ocupação nas respostas sociais do Concelho.....	20
Tabela 2: ocupação nas respostas sociais do Concelho.....	21
Tabela 3: codificação de entrevistas.....	26
Tabela 4: análise das entrevistas-dimensão sociométrica.....	27
Tabela 5: análise das entrevistas-dimensão expetativas.....	30
Tabela 6: análise das entrevistas-dimensão socioprofissional.....	35
Tabela 7: análise das entrevistas- dimensão percurso de vida.....	38

Lista de Siglas

AMP- Área Metropolitana do Porto

ANED –Academic Network of European Disability

APD -Associação Portuguesa de Deficientes

APPACDM- Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental

APPDA-Norte - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo Norte

APPDI –Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão

CACI –Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CAO –Centro de Atividades Ocupacionais

CAVI –Centro de Apoio à Vida Independente

CEFPI – Centro de Emprego e Formação Profissional Integrado

CERCI - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Gaia

CIS –Centro de Inclusão Social

CMG- Câmara Municipal de Gaia

CRG- Centro de Reabilitação da Granja

CRP –Constituição da República Portuguesa

CRPG-Centro de Reabilitação Profissional de Gaia

EU – União Europeia

ICF –Internacional Classification of Functioning Disabilities and Health

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

INR – Instituto Nacional Reabilitação

ODDH – Observatório da Deficiência dos Direitos Humanos

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

PAIPDI – Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade

SNR – Secretariado Nacional de Reabilitação

RESUMO

Com este estudo desenvolvido no âmbito do Mestrado em Intervenção Comunitária, pretendeu-se perceber se as respostas da administração central na área da deficiência são adequadas às necessidades de integração socioprofissional destes cidadãos/ãs.

Cientes de que, talvez, a verdade, não corresponda totalmente ao acima referido, e ao contemplado nas políticas orientadoras nesta matéria, espera-se dar resposta ao longo deste estudo, à questão: *De que forma se pode promover a inserção socioprofissional dos cidadãos/ãs adultos/as com deficiência ou incapacidade, num determinado território?*

Com recurso a uma metodologia de carácter qualitativo, e tendo como principal instrumento a entrevista, podemos apontar como resultados a percepção da necessidade da integração socioprofissional por partes das pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade, a interdependência existente entre os seus percursos de vida e a falta de oportunidades de inserção e a importância que as respostas inovadoras locais assumem para potenciar a integração destes cidadãos/ãs.

Palavras-Chave: Deficiência, Inserção socioprofissional, Território.

ABSTRACT

With this study developed within the scope of the Master in Community Intervention, it was intended to understand if the answers of the central administration concerning the deficiency area are adequate to the social and professional integration needs of these citizens.

Aware that the truth may not totally correspond to what it is written above and what it is stated in the guiding policies in this matter, it is expected, throughout this study, to answer the following question: *How can the socio-professional insertion of adult citizens with disabilities or incapacities be promoted in a given territory?*

Using a qualitative methodology, and having the interview as the main instrument, we can point out as results the perception of the need for socio-professional integration by people with disabilities or incapacity, the interdependence between their life paths and the lack of of insertion opportunities and the importance that local innovative responses assume to enhance the integration of these citizens.

Keywords: Deficiency, Socio-professional insertion, Territory.

INTRODUÇÃO

A existência das pessoas é, naturalmente, afetada pelos direitos, liberdades e garantias a que têm acesso, que representam a forma como se relacionam com e em comunidade.

Uma sociedade inclusiva é uma sociedade para todos/as, independentemente do sexo, idade, religião, origem étnica ou orientação sexual, e os direitos sociais são compromissos da comunidade, que como tal devem reforçar a articulação entre a sociabilidade e a cidadania, bem como a sociabilidade e a democracia.

Apesar da universalidade dos direitos sociais e humanos, assistimos ainda hoje em pleno século XXI a desigualdades de oportunidades entre géneros, no acesso ao mercado de trabalho, no acesso aos cuidados de saúde, na inclusão de pessoas com deficiência, no acesso à habitação, etc.

O princípio da igualdade consiste em tratar de forma igual o que é igual, e de forma diferente o que é diferente, na medida da própria diferença. Em última análise, a igualdade enraíza-se na ideia ou premissa de que todos os seres humanos são iguais quanto à sua dignidade humana e, conseqüentemente, iguais em todas as dimensões que a dignidade assume na sua vida.

É fundamental reter a ideia de que não é permitido o tratamento diferenciado de situações iguais, sem um fundamento válido que justifique esse tratamento desigual. Portanto, à luz dos princípios jurídicos da igualdade e da proibição da discriminação, é proibido o tratamento diferenciado. De forma sucinta, existe discriminação quando estamos perante uma diferenciação arbitrária, ou seja, uma diferenciação sem uma justificação aceitável num Estado de Direito Democrático.

Neste sentido o papel dos governos e a forma como estes se posicionam em relação a estas matérias é determinante na construção de sociedades verdadeiramente inclusivas, nomeadamente no que diz respeito à população com deficiência que pelas suas condicionantes são alvo de maior discriminação.

Esta dissertação de mestrado é assim constituída por três partes, precedidas de uma introdução, o enquadramento teórico, o enquadramento empírico e o projeto de intervenção. Apresentam-se ainda as considerações finais e as referências que enquadram o estudo.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Políticas Inclusivas

Nos últimos anos, Portugal tem vindo a desenvolver políticas direcionadas para uma sociedade mais inclusiva, na qual as pessoas com deficiência e incapacidade exerçam os seus direitos em igualdade de oportunidades, fruto da aprovação da *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* em dezembro de 2006, que surgiu como resposta internacional à longa história de marginalização pela sociedade global dos cidadãos/ãs com deficiência.

Conforme citado na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2006), os Estados devem

reconhecer que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que impedem a sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as outras pessoas (p.7).

A Assembleia Geral das Nações Unidas ao aprovar este tratado reforçou o compromisso dos países de respeitar os direitos nele consignados, possibilitando o recurso a um organismo internacional sempre que os mesmos forem violados. Na maioria dos países, as pessoas com deficiência e incapacidade têm dificuldade em frequentar a escola, exercer uma profissão, votar ou ter acesso a cuidados de saúde.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) deficiência é a perda de uma função psicológica, fisiológica ou anatómica, isto é o mesmo que dizer que existem dificuldades a vários níveis: locomoção, perceção, pensamento ou relação social. De acordo com esta organização existem vários tipos de deficiência, que se agrupam em cinco categorias: deficiência visual, deficiência motora, deficiência mental, deficiência auditiva e paralisia cerebral.

Verifica-se uma necessidade imperiosa de garantir que estes cidadãos/ãs usufruam plenamente dos seus direitos, e uma das formas mais adequadas é o reforço da legislação através de ações consistentes e continuadas em todos os setores, obrigando consequentemente que as instituições jurídicas façam prevalecer esses direitos. Também a criação de respostas que criem as pontes para o emprego, através da capacitação de jovens e adultos com deficiência ou incapacidade para uma atividade profissional regular,

de modo a possibilitar a sua integração na sociedade e no mercado de trabalho, são uma forma de combater a inadequação entre as qualificações e a autonomia destas pessoas face ao mercado de trabalho.

É neste contexto, que se afigura importante um estudo que permita uma reflexão mais alongada sobre a questão, e que permita refletir sobre o papel e a responsabilidade do poder local como promotor de respostas diferenciadoras e inclusivas.

1.1. Integração socioprofissional da pessoa com deficiência

Em 2007 a Comissão Europeia constituiu a Academic Network of European Disability (ANED), tendo Portugal no seu relatório de 2017 referido as baixas taxas de emprego das pessoas com deficiência, realidade que se tem vindo a manter. A ANED nas suas recomendações destaca a melhoria das qualificações profissionais, a promoção das relações de trabalho estáveis e duradouras e a melhoria dos serviços públicos de emprego como fatores determinantes para a promoção do emprego das pessoas com deficiência.

O Decreto-Lei nº 29/2001 (setor público) e a Lei nº 4/2019 (setor privado), vulgarmente conhecidos como as Leis das Quotas, não têm sido eficazes dado que estas consagram que as empresas privadas devem contratar de acordo com a sua dimensão, até 2% do total dos trabalhadores e a Administração Pública uma percentagem igual ou superior a 5%. A realidade indica, segundo o Observatório da Deficiência dos Direitos Humanos (ODDH, 2019), que o setor privado com mais de 10 empregados têm apenas 1% de trabalhadores com deficiência, e no setor público esse número corresponde apenas a 2,58% do universo total.

Os escassos dados estatísticos disponíveis nesta área reportam uma maior incidência no desemprego das pessoas entre os 55-64 anos, mais do género masculino do que feminino, e uma maior taxa nas deficiências graves em comparação com as moderadas e ligeiras.

Em Portugal, o Decreto-Lei nº 290/2009, de 12 de outubro, alterado pela Lei nº 24/2011, de 16 de junho e pelo Decreto-Lei nº131/2013, de 11 de setembro, criou o Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade e instituiu a medida de emprego apoiado. Em 2017, o relatório do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH) da Universidade de Lisboa apurou que o desemprego, em Portugal, registado entre 2011-2016 desceu 18,8% na população em geral, mas aumentou 26,7% nas pessoas com deficiência, o que por si só é

um indicador de que estas medidas são insuficientes para a eliminação das desvantagens estruturais, e que se apresentam apenas como tentativas isoladas para a criação de um sistema mais justo que não responde às reais necessidades do público alvo. As pessoas com deficiência constituem a maior e mais discriminada minoria do mundo, mais de 650 milhões de pessoas em todo o mundo vivem com algum tipo de incapacidade.

A Constituição da República Portuguesa (CRP) no número 1º do seu Artigo 26.º consagra que,

são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à proteção legal contra quaisquer formas de discriminação a todos os cidadãos e todas as cidadãs.

Por outro lado, o seu Artigo 13ª consagra o Princípio da Igualdade, determinando que todos os cidadãos e cidadãs são iguais perante a lei e que nenhuma pessoa pode ser discriminada em função da sua condição.

Existe igualmente, na Constituição, o reconhecimento da competência da Administração Central no desenho e promoção de políticas de prevenção, reabilitação e inclusão de pessoas com deficiência, bem como de apoio às suas famílias. A deficiência não deve ser vista de uma forma restritiva, mas sim num contexto social como aquele em que a Organização das Nações Unidas (ONU) a define. São compromissos da Estratégia Europeia para a Deficiência, “Uma sociedade aberta e acessível a todos”.

1.2. Sociedade Inclusiva

Uma sociedade inclusiva depende muito da forma como está estruturada, é necessariamente multidimensional, é uma sociedade que garante o acesso às oportunidades a todos os cidadãos e cidadãs, a serviços básicos de qualidade, ao mercado de emprego, a infraestruturas adequadas e a todos os demais direitos.

Como os modelos desenvolvimentistas não são capazes de gerar o bem-estar de todos, existem grupos que frequentemente ficam em desvantagem e em situação de vulnerabilidade devido a um conjunto de relações, crenças e de pertenças que promovem o afastamento dos indivíduos dos grupos sociais que os isola e que os retira da sociedade

em geral (Rodrigues, 2001), como por exemplo: imigrantes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e outras características ou necessidades especiais, minorias étnicas, religiosas, sexuais ou sociais. São os grupos que a sociedade reconhece pela sua condição de exclusão como mais vulneráveis. Assim, os grupos excluídos ou que vivem processos de exclusão social são, antes de tudo, grupos sociais que vivem situações de desadequação relativamente ao funcionamento da sociedade, tornando-se alvos de processos de rejeição, de desidentificação e de desestruturação” (Rodrigues, 2001. pp.177-180).

Segundo Durkheim (1895) os factos sociais impõem-se ao indivíduo independentemente da sua vontade, sendo produzidos fora da capacidade individual de intervenção. Em suma, os factos sociais são resultantes das interações entre os indivíduos, resultando numa consciência coletiva social, que são impostos pela sociedade ao indivíduo. Quando existe uma rutura com a sociedade, quer através da escassez de recursos, quer através de processos de estigmatização, falamos de exclusão social, existindo assim responsabilidades que são confiadas à sociedade na inclusão dos/as seus cidadãos e cidadãs.

1.3. Diversidade

A diversidade é entendida como o reconhecimento, o respeito e a valorização da diferença entre os seres humanos.

Em 2016 foi criada a Carta Portuguesa para a Diversidade, uma iniciativa que surge alinhada com as orientações vertidas na Estratégia Europa 2020 que incide sobretudo no crescimento sustentável, inteligente e inclusivo. A União Europeia (UE) reconhece as Cartas para a Diversidade, como ferramentas para a consagração do emprego e da coesão social como áreas prioritárias que visam a igualdade de oportunidades, e a eliminação da discriminação no mercado de trabalho.

Em Portugal, desde 2018 que a gestão da Carta tem vindo a ser desenvolvida pela Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão (APPDI), que já conta com mais de 300 organizações signatárias das mais diversas dimensões e setores da atividade, que formalizam assim, o seu compromisso com esta caminhada rumo a uma sociedade plural e certamente mais inclusiva, assumindo a Diversidade como um imperativo ético, traduzindo-se num princípio basilar e orientador da sua atuação interna e externa, fazendo parte dos seus valores e da sua identidade institucional.

O setor do trabalho apresentou sempre uma enorme resistência na contratação das pessoas com deficiência, ou porque os empregadores consideram que estes cidadãos

apresentam incapacidade para a realização das tarefas, ou porque creem que a sua contratação será mais dispendiosa. É necessário assegurar que as pessoas com deficiência possam candidatar-se e ser integradas no mercado de trabalho em igualdade de oportunidades, e que sejam protegidas contra a discriminação.

Para que o/a cidadão/ã com deficiência possa exercer a sua profissão, terá de obrigatoriamente estar assegurada uma adaptação razoável, que por seu lado só é possível, se as políticas públicas de acessibilidade, transportes, infraestruturas físicas, sociais e educativas forem definidas e consideradas como prioritárias pelos governos dos países. Mesmo que sejam criadas medidas positivas de emprego e existam postos de trabalho disponíveis para estes cidadãos/ãs, poderão existir obstáculos que são suscetíveis de dissuadir as pessoas com deficiência na sua integração profissional, “trata-se de gerar ambientes inclusivos que favoreçam todos/as e cada um/a com o conjunto das suas características.” (APPDI, 2018).

A adesão à Carta Portuguesa para a Diversidade é voluntária, e vários estudos elencam que se verifica que a diversidade cria valor dentro das organizações, originando uma melhor influência da organização na sociedade, havendo uma melhor representação da mesma.

Nos sistemas educativos a atenção dada à integração da criança e jovem com deficiência começa a partir dos anos 70. No ano letivo de 1976/77 são criadas as primeiras equipas de ensino especial, um marco importante para a profunda alteração nas conceções e no modelo organizacional da educação especial que até então assentava num modelo muito dependente de critérios medico-terapêuticos.

A partir desta altura “a intervenção passa a estar centrada no aluno, nas suas dificuldades em acompanhar um currículo normal, na adequação do processo de ensino ao seu ritmo de aprendizagem e na organização dos apoios especializados de que necessita” (Relatório Técnico, Políticas Públicas de Educação Especial, 2014).

Com a Lei de Bases do Ensino do Sistema Educativo (Lei nº 46/86 de 14 de outubro) no seu artigo 16º, a educação especial é considerada uma modalidade especial da educação escolar, todavia, o Decreto-Lei nº 35/90 de 25 de janeiro vem determinar a obrigatoriedade da escolaridade sem isenção da sua frequência a todos/as os/as alunos/as com deficiências físicas e mentais.

Em 2001 foi aprovado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) o Internacional Classification of Functioning, Disabilities and Health (ICF), um quadro de referência que foi adotado pela primeira vez em Portugal e que possibilita descrever, medir e avaliar a

saúde e a incapacidade individual e populacional, passando de um modelo “puramente médico” para um modelo biopsicossocial. Esta classificação universal concebe a funcionalidade e a incapacidade como uma interação dinâmica entre os fatos pessoais e o contexto, dando enfoque às experiências de vida, às necessidades individuais e sociais que potenciam a sua funcionalidade e socialização.

Nos relatórios de avaliação produzidos sobre as ações inspetivas realizadas ao longo das várias décadas, é frequente se registarem recomendações sobre a falta de recursos humanos, sobre a necessidade de alargar a participação dos alunos com necessidades educativas nas atividades extracurriculares e na própria vida escolar.

Com o relatório Delors de 1996 é trazido o conceito dos quatro pilares da educação: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, aprender a viver juntos*. Neste documento há uma abordagem integrada da educação que afirma que a educação formal valoriza e prioriza determinados tipos de conhecimento, em detrimento de outros, e deveria focar-se nestes pilares, cumprindo assim a sua função socializadora. (UNESCO, 2016). Também no relatório de monitorização global da Educação para Todos de 2012, são identificados três tipos de habilidades que todos/as os/as jovens necessitam na sua vida ativa pós-escolar: *habilidades básicas, habilidades transferíveis e habilidades técnicas e profissionais* (UNESCO, 2016).

Desta forma veio-se a provar a necessidade da urgência na mudança do paradigma da aprendizagem formal para a adoção de um processo de aprendizagem integrado e orientado por princípios de justiça social e económica, igualdade e gestão ambiental responsável, que constituem os pilares do desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2016), só assim é possível fornecer a estes jovens as ferramentas necessárias para a sua integração socioprofissional futura.

Apesar da evolução positiva que a sociedade tem vindo a registar, tendo em conta que no passado a deficiência não era aceite, e se verificava uma exclusão total desta população, é urgente alterar a conceção coletiva dos processos de desenvolvimento social e humano, de forma que sejam potenciadas oportunidades efetivas de inclusão. Este processo requer uma complexa transformação económica, social e cultural. O ponto de partida deverá ser a elaboração e concretização de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento inclusivo, combatendo as atuais vulnerabilidades do sistema educativo inclusivo que acentua a discriminação e cerceia o acesso ao conhecimento e às ferramentas essenciais que permitam a inserção futura no mercado de trabalho futura das pessoas com deficiência.

A escola e a formação das crianças e jovens com deficiência, bem como o processo de transição para a vida adulta, são etapas determinantes para o seu sucesso socio profissional, apesar dos desafios que se colocam entre o ajuste das capacidades adquiridas no contexto escolar e as exigências do mercado de trabalho.

A respeito disto a UNESCO (2016) diz-nos que, apesar do desemprego de jovens assinala uma defasagem entre educação, formação e emprego, ele também está ligado a escolhas de política econômica e a responsabilidades políticas. No entanto, as tendências atuais de emprego questionam o antigo vínculo entre educação formal e emprego; foi com base nesse vínculo que o discurso e a prática internacional de desenvolvimento há muito racionalizaram o investimento em capital humano.

1.4. Suportes Legislativos na área da deficiência em Portugal

Nos finais do século XIX as políticas de integração e de inclusão das pessoas com deficiência e/ou incapacidade trazem novos desafios, surgindo na década de 60 um enorme crescimento de instituições especializadas nesta área.

Com a falta de eficiência do Estado Providência no pós 74, que determinou baixos níveis de proteção social e fraca redistribuição social, as políticas da deficiência sofrem impacto e colocam a maioria destas pessoas no limiar da pobreza (Fontes, 2009)

A lei bases da Segurança Social de 1984 constituiu-se como um documento estruturante, que traduz o acesso à proteção na deficiência ancorado em necessidades e não em direitos. Isto deveu-se, sobretudo, ao princípio de seletividade nas políticas sociais que determinam o acesso aos direitos apenas através do regime contributivo. Esta situação aliada às barreiras já existentes no acesso ao mercado de trabalho, para cidadãos/ãs com deficiência, resulta numa dificuldade acrescida no “alcance” de uma vida ativa, autónoma e independente.

Uma outra característica das políticas públicas é a ausência de uma política integrada e estruturada, que será o mesmo que dizer que a legislação neste setor está espalhada pelos vários órgãos decisores, sem qualquer ligação entre si.

Segundo Fontes (2009),

em 1979, por exemplo, existiam 5 ministérios e 12 serviços envolvidos no apoio às pessoas com deficiência (Costa, 1981, citado por Fontes, 2009). Como resultado, regista-se a duplicação de serviços e a criação de políticas com objetivos diferentes e frequentemente baseadas em princípios contraditórios, aspeto particularmente visível no caso do apoio a crianças com deficiência e suas famílias, a quem é oferecida uma variedade de serviços provenientes de diferentes sectores (Educação, Segurança Social e Saúde), difíceis de articular e que apresentam filosofias dissonantes (p.12).

Há uma evidente ideologia individual, que se verifica quer no setor do emprego, que se centra mais do lado do empregador, criando benefícios para a integração destas pessoas no mercado de trabalho e não na criação de locais de trabalho acessíveis para todos, quer no setor da educação que, muito embora preconize uma educação inclusiva, aposta num modelo dominado pela abordagem médica nos planos de intervenção (Fontes, 2009).

No âmbito da empregabilidade, as dificuldades impostas na obtenção e manutenção de emprego para as pessoas com deficiência, e o reconhecimento do Estado dessas mesmas dificuldades, levaram à necessidade de criação do regime de emprego protegido, que visa a proteção e a valorização da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Segundo o Ministério do Trabalho (1983), entende-se por emprego protegido toda a atividade útil e remunerada que, integrada no conjunto da atividade económica nacional e beneficiando de medidas especiais de apoio por parte do Estado, visa assegurar a valorização pessoal e profissional das pessoas deficientes, facilitando a sua passagem, quando possível, para um emprego não protegido. (artigo 1º do Decreto-Lei 40/83).

Esta medida foi complementada em 2009 com a criação do Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das pessoas com deficiência e incapacidade pelo Decreto-Lei nº 290/2009, de 12 de outubro, alterado pela Lei nº 24/2011, de 16 de junho e pelo Decreto-

Lei nº 131/2013, de 11 de setembro, que instituiu igualmente a medida de emprego apoiado.

No que concerne às medidas que se inscrevem no âmbito da ação social desenvolvida pela Segurança Social, em 1989, com o Decreto-Lei nº18/89 de 11 de janeiro, são definidas as modalidades de apoio a pessoas com deficiência com maior grau de dependência, e que se constituem como resposta de caráter ocupacional. São assim criados os Centros de Atividades Ocupacionais (CAO), estruturas de pequena dimensão inseridas na comunidade, que proporcionam aos utentes a realização de atividades socialmente úteis e estritamente ocupacionais e que vêm a ser, em 2021, sucedidos e substituídos pelos Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) com a Portaria nº 70/2021.

O Secretariado Nacional de Reabilitação (SNR), surge como um instrumento governamental que visa a execução das políticas de reabilitação e integração social das pessoas com deficiência, que apesar de criado pelo Decreto-lei nº 346/77, de 20 de agosto, passa a ser da tutela do Ministério do Emprego e da Solidariedade Social a partir de 1992 e em 2006 é reestruturado e renomeado como Instituto Nacional para a Reabilitação (INR). Tem como atribuições não só coordenar as políticas públicas para a inclusão das pessoas com deficiência ou incapacidade, como disponibiliza também serviços variados como Balcão da Inclusão, Biblioteca, Formação, Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio, Apoio à Vida Independente.

Após 2006 são publicados a Lei Antidiscriminação das pessoas com deficiência e o 1º Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade 2006-2009 (PAIPDI), o primeiro reconhece que “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.” (artigo 13.º, n. 1), e o segundo traz, finalmente, uma abordagem mais integrada das políticas da deficiência, estando subdividido em três eixos de intervenção: Eixo 1-Acessibilidades e Informação Eixo 2- Educação, qualificação e promoção da inclusão laboral Eixo 3 -Habilitar e assegurar condições de vida dignas. Neste mesmo ano, Portugal ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Adicional, um compromisso com a representação dos cidadãos e cidadãs com deficiência, promovendo uma agenda que vincula todos e que contribui para a valorização da diversidade e das práticas enquanto país.

De 2009 até hoje vários diplomas foram publicados e atualizados, nas áreas da acessibilidade, desporto, ação social entre outras. Destacam-se o Decreto-Lei 54/2018 de 6 de julho, na área da educação, que tem por base o Desenho Universal de Aprendizagem,

e o Decreto-Lei nº 129/2017 de 9 de outubro, na área da ação social, que cria o Modelo de Apoio à Vida Independente. Apesar de áreas diferentes, ambos revelam um esforço para alterar o entendimento tradicional sobre os processos de desenvolvimento social. O primeiro, reconhece, de forma mais efetiva, a diversidade dos alunos e promove a mobilização dos meios necessários às características e condições individuais de cada um, elevando o seu nível de potencialidade, e assenta em modelos curriculares mais flexíveis. Passam a ser definidas medidas de suporte à aprendizagem *universais*, generalizadas a todo(a)s e disponíveis nos estabelecimentos escolares, também medidas *seletivas* que vêm complementar as necessidades que não são respondidas com as medidas universais, e as medidas *adicionais*, que são acionadas quando são comprovadamente insuficientes as duas anteriores. No caso do segundo diploma referido, trata-se de um instrumento que vem garantir à pessoa com deficiência ou incapacidade igualdade no acesso ao exercício dos seus direitos de cidadania e materializa-se com a criação de Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI) que disponibilizam assistência pessoal.

PARTE II- ESTUDO EMPIRICO

1. Metodologia

Numa investigação social, a opção da metodologia é um processo marcante para a cientificidade e a veracidade das conclusões obtidas. Como refere Serrano (2004) interessa “conhecer as realidades concretas nas suas dimensões reais e temporais, o aqui e o agora no seu contexto social” (p.32)

Através de uma exploração bibliográfica pretendeu-se analisar e compreender, de forma mais profunda, a temática da inserção socioprofissional na deficiência ou incapacidade, em Portugal. Optou-se pela utilização de uma metodologia qualitativa, explorando o estudo de caso do Município de Vila Nova de Gaia, que permita adquirir conhecimento sobre o tema. Constata-se, que o estudo de caso oferece inúmeras oportunidades de estudo, compreensão e melhoria da realidade social e profissional, por isso no campo da investigação social o uso deste método é crescente (Serrano, 2004). Pretende-se utilizar uma metodologia *quási* experimental, e no final desenhar um projeto de intervenção. Para obter informação e analisar dados não seria possível fazê-lo só através da análise bibliográfica e da observação, por isso utilizaram-se as entrevistas semiestruturadas como instrumento de recolha de dados. Serão analisados os conteúdos de entrevistas semiestruturadas também realizadas a uma amostra por conveniência: dez, dos sessenta utentes do Centro de Inclusão Social (CIS), para identificar as expectativas destes em relação à sua comunidade. O CIS é um equipamento da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, que visa responder às dificuldades de integração social de pessoas com deficiência ou incapacidade residentes no Concelho, que se situa na freguesia de Avintes.

Para melhor calendarização foi elaborado um cronograma tendo em conta o tempo e a duração do mestrado que constará nos anexos deste estudo. (anexo A - Cronograma).

2. Objetivos da investigação

Nesta sequência, as motivações que presidiram à realização deste trabalho, tiveram como objetivo geral perceber se as respostas da administração central na área da deficiência são adequadas às necessidades de integração socioprofissional dos cidadãos e cidadãs cuja deficiência ou incapacidade permita o exercício de atividade profissional.

Assim sendo, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- Aprofundar o conhecimento empírico sobre a inserção socioprofissional das pessoas adultas com deficiência ou incapacidade, em Vila Nova de Gaia
- Identificar as expectativas das pessoas adultas com deficiência ou incapacidade relativamente à comunidade em geral;
- Criar respostas socioprofissionais para adultos com deficiência ou incapacidade de âmbito local.
- Contribuir para a criação de respostas públicas universais mais adequadas aos cidadãos e cidadãs com deficiência.

3. Instrumentos de recolha de dados

Para uma recolha de dados eficaz e que consigne os objetivos delineados para a investigação, é necessário determinar e aferir os instrumentos apropriados. Assim, para o estudo enquadrado nesta dissertação entendeu-se que as entrevistas semiestruturadas seriam o instrumento mais adequado.

Para os investigadores sociais a entrevista representa a melhor ferramenta para adquirir conhecimento (Benney e Hughes, 1956). Ela é um método de pesquisa qualitativa que se traduz em momentos que acontecem entre investigadores e investigados sendo aconselhável a utilização de perguntas básicas que não sejam suscetíveis de serem respondidas com sim ou não, sendo de extrema importância a relação que se estabelece entre os dois intervenientes, a forma como se conduz a entrevista e que o entrevistado se sinta à vontade. Estes são fatores relevantes para garantir um maior detalhe, e consequentemente um melhor trabalho (Bogdan & Biklen.1994, p. 136-137).

As perguntas foram elaboradas com adequação ao tema que se pretende estudar e formuladas de forma a servir o objetivo inicial proposto. Face às características dos entrevistados utilizou-se uma linguagem simples que garanta a devida compreensão, e com um cuidado acrescido com a ordem de apresentação das mesmas, de forma a facilitar a lógica na estruturação do raciocínio.

Os objetivos pretendidos são:

- entender a satisfação dos/as cidadãos/ãs com deficiência ou incapacidade, integrados no Centro de Inclusão Social (CIS) e residentes em Vila Nova de Gaia, relativamente à sua integração socioprofissional.

- identificar os obstáculos à integração socioprofissional na perspetiva dos/as mesmos/as.

4. Caracterização do Concelho de Vila Nova de Gaia ao nível da população com deficiência

O Relatório Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2020, elaborado pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH), mostra que,

em 2019, 4,2% (n=12027) das pessoas inscritas como desempregadas tinham deficiência, verificando-se uma descida de 1% (-108) face a 2018 (n=12135).

Contudo, a redução do total de desempregados inscritos foi muito mais expressiva na população em geral, tendo abrandado 9%. Porém, só no primeiro semestre de 2020 verificou-se um crescimento de 10% face aos dados globais de 2019 (13270 inscritos), atingindo um valor que se situa ligeiramente acima do pico de desemprego registado neste grupo em 2016.

Segundo este relatório, Portugal registou em 2018 uma taxa de emprego de cidadãos/ãs com deficiência acima da média da UE – 58,4%, igualando-se, no entanto, a média da taxa de desemprego 18,6%. Entre 2018 e 2019 registou-se um decréscimo de desempregados/as com deficiência de 1%, número que aumentou no primeiro semestre de 2020 em 10%.

No caso de Vila Nova de Gaia, na última década, a população cresceu cerca de 0,5%, isto é, ganhou 1 556 indivíduos, sobretudo mulheres. A população da Área Metropolitana do Porto (AMP), pelo contrário, decresceu cerca de 1,3%, uma perda de 23 033 indivíduos, sobretudo do sexo masculino (Censos 2021). Analisando a realidade estatística de Vila Nova de Gaia (VNG) em relação à deficiência e incapacidade verifica-se que em 2001 ocupava o quarto lugar na categoria de município com maior número de pessoas com deficiência (17431), e que o índice de dependência de jovens no Concelho de Gaia, apresenta os mesmos valores que os da AMP (21%) e ligeiramente inferior a Portugal (21.8%). Na relação com os municípios que compõem a AMP, só Maia e Paredes apresentam um valor maior (23%), situando-se os restantes com valores inferiores a estes

onde Gaia se inclui. De 2011 a 2015, também este índice sofreu uma alteração tendo subido 1% (Plano de Desenvolvimento Social, 2017-221).

A situação das pessoas com deficiência institucionalizadas na rede de respostas do concelho está estabilizada e com acesso aos cuidados terapêuticos e de bem-estar adequados. A sua retaguarda familiar, em muitos casos, apresenta vulnerabilidades ao nível da estabilização económica e profissional que se agravam no caso de carência económica dos cuidadores e familiares ou da sua limitação profissional e de rendimento devido ao seu papel cuidador. Este quadro dos cuidadores familiares, já de si muito exigente, agrava-se com a situação de não institucionalização uma vez que esta só promove o isolamento social das pessoas com deficiência e das suas famílias, retirando oportunidades de bem-estar social e emocional.

Vila Nova de Gaia tem sete instituições de apoio à deficiência: APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental), APPDA (Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo), CERCIGAIA (Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados), CRPG (Centro de Reabilitação Profissional de Gaia), CRG-CDSSSP (Centro de Reabilitação da Granja), CEFPI (Centro de Educação e formação Profissional Integrado), e APD (Associação Portuguesa de Deficientes).

Tabela 1: Tabela de ocupação nas respostas sociais do concelho

Respostas	Lugares de Ocupação	Utentes	Nº de equipamentos
CACI	257	254	7
Lar Residencial	57	55	4
Intervenção Precoce	93	93	3

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Tabela 2: Tabela de ocupação nas respostas sociais do concelho

Respostas	Lugares de Ocupação	Utentes	Nº de equipamentos
CRPG		2450	1
CRG	120	120	1
CEFPI		906	

Fonte: Plano de Desenvolvimento Social, CMG

5. Estudo de caso: o Centro de Inclusão Social (CIS)

A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia é o órgão autárquico do Concelho e tem por missão definir e executar políticas tendo em vista a defesa dos interesses e satisfação das necessidades da população local. Nesse sentido, cabe-lhe promover o desenvolvimento do município em todas as áreas da vida, como a saúde, a educação, a ação social e habitação, o ambiente e saneamento básico, o ordenamento do território e urbanismo, os transportes e comunicações, o abastecimento público, o desporto e cultura, a defesa do consumidor e a proteção civil.

Como este trabalho incide sobre o caso concreto de um órgão da administração pública, é importante perceber que esta, entendida no sentido orgânico, é o sistema de órgãos, serviços e agentes do Estado e de outras entidades públicas que visam a satisfação regular e contínua das necessidades coletivas. Considerando o seu sentido orgânico, é possível distinguir na Administração Pública três grandes grupos de entidades:

- a) Administração direta do Estado
- b) Administração indireta do Estado
- c) Administração Autónoma

A Administração local é constituída pelas autarquias locais, pessoas coletivas de base territorial, dotadas de órgãos representativos próprios que visam a prossecução de interesses próprios das respetivas populações. A competência dos órgãos e serviços da Administração Local restringe-se ao território da respetiva autarquia local e às matérias estabelecidas na lei, conforme decorre da legislação em vigor. Quanto ao seu regime jurídico, as autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos

representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas. [n.º 2 do art.º 235.º da Constituição da República Portuguesa].

A Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias.

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece o regime jurídico das autarquias locais, estatuto das entidades intermunicipais, regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e regime jurídico do associativismo autárquico.

O empregador público, no âmbito do ciclo anual de gestão, atendendo à missão, atribuições e estratégia bem como, aos objetivos fixados e competências das unidades orgânicas e sobretudo aos recursos financeiros disponíveis, planeia as atividades de natureza permanente e/ou temporária e respetivo modo de realização. Neste sentido, a atividade de planeamento envolve a análise criteriosa da complexidade da organização, das suas funções, necessidades e desafios considerando os recursos técnicos, financeiros e humanos disponíveis.

O mapa de pessoal é o instrumento de gestão de excelência, elaborado anualmente, com a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço necessita para o desenvolvimento das suas atividades (permanentes ou temporárias) e deve refletir o número de postos de trabalho estritamente necessários à prossecução das atribuições e desenvolvimento das competências e atividades do órgão ou serviço, e ser descrito de acordo com: a) a atribuição, competência ou atividade que se visa cumprir ou executar; b) O cargo ou carreira e categoria que lhes correspondam.

A inclusão social de pessoas com deficiência e/ou incapacidade tem implicações em todos os setores públicos e, neste sentido, existem instrumentos de políticas públicas em várias áreas setoriais governativas que visam garantir que estes cidadãos e cidadãs veem cumpridos todos os seus direitos de cidadania.

No caso das autarquias locais, não se inscreve no quadro das suas competências a criação de respostas específicas, de domínio municipal, na área da deficiência, mas sim participar/cooperar com as entidades competentes da administração central e com as instituições particulares de solidariedade social, no apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade, contudo esta área em particular foi sendo assumida como muito importante e, por isso, verifica-se um investimento crescente em respostas inclusivas em Vila Nova de Gaia.

Para proceder ao estudo de caso do CIS, parece necessária a análise do trabalho desenvolvido ao longo dos últimos cinco anos pelo Município de VNG na área da deficiência, cujo modelo de governação se tem pautado pelo desenvolvimento de políticas públicas como instrumentos de progressão, de equidade numa estratégia de rede com as demais instituições sociais reforçando o caminho e o crescimento como modelo de uma cidade que cuida dos seus cidadãos/ãs.

O estudo de caso é uma metodologia que se rege pelo tratamento dos dados recolhidos no âmbito de um método qualitativo, onde o propósito é conhecer profundamente uma realidade em concreto. Nesta investigação, os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em fenómenos descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico (Bogdan & Bilken, 1994, p.16). Este tipo de estudo contribui para compreendermos melhor os fenómenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade.

A partir de 2017, e após um diagnóstico realizado pelo município junto das famílias com crianças com necessidades educativas mais específicas que frequentam as escolas da rede pública do concelho, foi desenvolvido o programa municipal, denominado *Gaia Aprende + I(nclusão)*, cujo principal objetivo é, segundo o site da CMVNG:

o desenvolvimento de competências, comportamentos e aprendizagens promotoras de bem-estar, através de atividades dinamizadas em função das medidas de suporte à aprendizagem pré-estabelecidas pelos docentes, numa lógica de intervenção de carácter supletivo.

Neste programa são oferecidas várias atividades assistidas, como sejam a Hipoterapia, a Hidroterapia e a Cinoterapia, assim como atividades lúdicas socialmente uteis que visam sobretudo contribuir para o reforço da igualdade de oportunidades, para o desenvolvimento de competências e valorização da autoestima. Para a sua execução o *Gaia Aprende +I*, conta com as instituições locais da área da deficiência para a sua prossecução, bem como com os agrupamentos de escolas. A entidade promotora é a Câmara de Vila Nova de Gaia (CMG) e as entidades executoras a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental de Gaia (APPACDM), a Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Gaia (CERCI) e a Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo Norte (APPDA-Norte), com quem é estabelecido um protocolo de cooperação.

Também no âmbito do apoio à deficiência, o Município assegura o transporte das crianças com necessidades educativas mais específicas de forma a suprir as dificuldades de transporte referenciadas pelos agrupamentos e escolas não agrupadas do concelho, dando resposta a 187 crianças com uma frota de 12 viaturas (CMG, 2022).

Numa parceria com a Associação Portuguesa de Deficientes (APD), a CMG desenvolve ainda um projeto financiado pela Portugal Inovação Social, dirigido aos cuidadores das pessoas com deficiência. Este projeto visa minimizar o impacto físico e social dos níveis de ansiedade associados ao trabalho que os cuidadores desempenham e assim aumentar a qualidade de vida e a eficácia da sua missão. É trabalhada a relação entre as respostas da comunidade e o cuidador criando-se uma rede local de suporte customizada. Este projeto acompanha 150 cuidadores no seu contexto familiar (CMG, 2022).

A 1 de Setembro de 2021, a CMG inaugura o CIS, cuja finalidade é estabelecer pontes para o emprego através da capacitação de jovens e adultos portadores de deficiência ou incapacidades para uma atividade profissional regular, de modo a possibilitar a sua integração na sociedade e no mercado de trabalho, bem como obtenção de rentabilidade económica para si próprio e suas famílias.

O projeto consiste numa intervenção junto da população adulta com deficiência ou incapacidade e em risco de exclusão social, residente no Município de VNG, em situação de desemprego e em idade ativa, entre os 18 e os 66 anos, de ambos os sexos e que não se encontre integrada em equipamento social/educacional ou de emprego.

5.1. Definição da amostra

As amostras não probabilísticas são utilizadas em muitos projetos de investigação, e podem ser selecionadas tendo como base critérios sistematicamente utilizados com a finalidade de determinar as unidades da população que fazem parte da amostra. Muitas vezes são utilizadas para fazer estudos em profundidade. A dimensão e os elementos escolhidos dependem dos objetivos do estudo. A amostra por conveniência é um dos sete tipos de amostra não probabilística, utiliza-se um grupo de indivíduos que esteja disponível ou um grupo de voluntários. Poderá tratar-se de um estudo exploratório cujos resultados obviamente não podem ser generalizados à população à qual pertence o grupo de conveniência. A escolha da amostragem recaiu nesta técnica face ao interesse em estudar apenas determinados elementos pertencentes à população.

Assim foram seleccionados dez, dos 70 utentes do Centro de Inclusão Social (CIS), todos residentes em VNG e maiores de 18 anos, cinco elementos do género feminino e cinco elementos do género masculino.

Quanto à distribuição dos sujeitos por idade, o intervalo é dos 20 aos 55 anos, e geograficamente residem nas freguesias mais urbanas do concelho.

Foram estudadas várias dimensões para identificar as expectativas destes em relação à sua comunidade, no sentido de responder aos objetivos gerais da investigação. Foi construído um guião de entrevista semiestruturada (anexo B- Guião de entrevista) com questões abertas, segundo Bogdan e Biklen, a entrevista serve para recolher dados descritivos, de acordo com a linguagem do próprio sujeito, dando a possibilidade de o investigador promover intuitivamente uma ideia sobre como os sujeitos decifram certos aspetos do mundo (Bogdan & Biklen, 1994).

5.2. Entrevistas semiestruturadas e Análise de conteúdo

Foram realizadas dez entrevistas, a dez dos utentes atuais do CIS que decorreram no próprio Centro. Todas foram gravadas em áudio e transcritas posteriormente (anexo C- Entrevistas). Para a realização das mesmas foi solicitada a autorização à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia que permitiu este estudo (anexo D- Autorização da CMG). Nenhum dos utentes entrevistados é abrangido pelo regime de maior acompanhado, pelo que não foi necessária qualquer outra autorização senão a do próprio.

Para a análise dos dados recolhidos nas entrevistas semidiretivas recorreu-se à análise de conteúdo, pois esta permitiu a sistematização e explicitação da informação contida nas mesmas, com a intenção de elaborar categorias e classificações pertinentes para a construção e interpretação de seus dados. A análise de conteúdo ofereceu a possibilidade de tratar, de forma metódica, informação e testemunhos que apresentam certo grau de profundidade e complexidade, facto muito comum em entrevistas semiestruturadas. Assim, depois da transcrição, leitura e análise dos discursos dos entrevistados, organizou-se a categorização dos dados a fim de permitir a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem.

Bogdan e Biklen (2013) olham para a análise de conteúdo como sendo um processo, pelo qual se realiza uma organização sistemática das transcrições de entrevistas, notas de campos ou outros materiais, tendo como objetivo principal, o aumento da compreensão do fenómeno que se encontra em estudo.

Bardin (2009, p.45), autor que desenvolveu a Metodologia de Análise de Conteúdo de Bardin, que será utilizada no presente trabalho, refere que o objeto da análise de conteúdo “é a fala, isto é, o aspeto individual e atual (em ato) da linguagem”. Em suma, a análise de conteúdo tem como objeto de estudo a informação que se encontra coberta de diferentes sentidos, permitindo deste modo o entendimento e o conhecimento dos significados inerentes ao discurso dos participantes.

A técnica da análise de conteúdo caracteriza-se pela procura de explicação e compreensão, permitindo fazer inferências, que de forma sistemática e objetiva, identifica características singulares e implícitas do discurso, já que “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça (...) é a busca de outras realidades através das mensagens” (Bardin, 2009, p. 45).

Na perspetiva deste autor,

a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um conjunto de técnicas; ou, com rigor, será um único instrumento, mas caracterizado por uma grande diversidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (Bardin, 2009, p.33).

Neste sentido, Sousa (2005) é da opinião que a análise de conteúdo não se trata de um único instrumento, mas sim de um conjunto de vários procedimentos, onde se podem identificar técnicas diferentes que, devido ao seu carácter sistemático, vão ser analisados diferentes documentos, de diferentes modos e com objetivo diversos.

A análise de conteúdo propriamente dita, é realizada recorrendo a uma tabela de codificação, como se pode verificar no exemplo seguinte

Tabela 3: Tabela de codificação de entrevistas

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Unidade de Contexto
Aqui são agregados os grandes temas da entrevista.	Subtemas mais importantes dentro de um determinado grande tema da entrevista.	Fragmentos de texto que se tomam por indicativo de uma característica (categoria e subcategoria).	Encontram-se fragmentos do texto que englobam a unidade de registo, contextualizando a unidade de registo no curso da entrevista.

Fonte: Bardin, 2009.

6. Análise das entrevistas

Conforme a metodologia apresentada anteriormente, procedeu-se à análise das entrevistas, com recurso à tabela de categorização avançada por Bardin (2009).

Tabela 4: Análise das entrevistas – dimensão sociométrica

Categoria	Dimensão Sociométrica
Subcategoria	Descrição do dia a dia
Unidade de Registo	<p>Acordar cedo Dia passado no CIS Sai com a mãe ao fim de semana Fica em casa ao fim de semana Manhã passada no CIS Tarefas familiares Tarefas domésticas Atividades da vida diária Caminhadas Sucateiro Fisioterapia Visita a familiares Atividades lúdicas Atividades diferentes no CIS Passear o cão Ginásio Cuidar dos familiares Ir às compras</p>
Unidade de Contexto	<p><i>Dia da semana eu acordo às 8(...) Depois eu entro e venho para aqui. Sim, a maior parte do dia. E1</i></p> <p><i>O meu dia a dia ultimamente é, geralmente acordo cedo, pronto tomo o pequeno-almoço, acordo a minha esposa porque eu acordo cedo. E8</i></p> <p><i>Sim, a maior parte do dia. Fim de semana depende, se a minha mãe estiver de folga, vamos sair as duas, se não estiver fico por casa mesmo. Ou ver televisão ou jogar vídeo jogos. E1</i></p> <p><i>Durante o dia? Desde manhã? De manhã venho para a escola, para aqui. E2</i></p> <p><i>Depois chego a casa e vou buscar os meus sobrinhos à escola. Depois vou embora, venho para casa. Arrumo. E2</i></p> <p><i>Em casa? Tive a tomar o pequeno-almoço, tive a calçar, vestir o casaco e lavar os dentes. E3</i></p> <p><i>Para casa. Ajudar a minha mãe, arrumar a casa e à noite vou sair com a minha avó.</i></p>

	<p><i>Todos os dias caminhar. E3</i></p> <p><i>Levanto-me às 7 e meia da manhã, vou tomar banho, depois às 8 e vinte saio de casa, vou tomar o meu café lá em cima ao cafezito. E4</i></p> <p><i>Sou sucateiro. Ajudo o meu tio a desmontar umas coisas para ele vender, desmonto, meto em saquinhos separadas e depois ele vai lá levar. E ainda me dá 2 euritos de troca. E4</i></p> <p><i>O meu dia a dia é vir para aqui e para ir para a fisioterapia. E5</i></p> <p><i>Quando estou em casa ao domingo, vou ver o meu irmão. Ao sábado vou ver o meu clube a jogar. E6</i></p> <p><i>E aqui faço tarefas diferentes. Da águia gigante. Antes da águia foi outro pássaro, com fios azuis, era um beija-flor. E7</i></p> <p><i>Começo a passear a cadela ou então preparo os materiais para ir para o sport Center, ginásio de musculação por exemplo. Depende, vou uma ou duas vezes por semana para a musculação. E7</i></p> <p><i>Entretanto há sempre coisas para fazer em casa. E8</i></p> <p><i>Tarefas domésticas, acabo por fazer coisas pela minha iniciativa própria, acabo por fazer pedidos. E9</i></p> <p><i>Eu levanto-me, ajeito o pequeno-almoço, dou o pequeno-almoço ao meu pai e à minha mãe e pronto, depois tenho de me levantar para vir para aqui. E10</i></p> <p><i>E, se for ao fim de semana, é ao sábado é dia de compras para ajudar a mãe, para fazer tudo. E10</i></p>
Subcategoria	Parte favorita do dia
Unidade de Registo	<p>Início da tarde</p> <p>Tarde</p> <p>Importância do bom tempo</p> <p>Passear</p> <p>Arrumar</p> <p>Noite</p> <p>Jogar consola</p> <p>Dormir</p> <p>Andar de trotinete</p> <p>Passear em centros comerciais</p> <p>Levantar cedo</p> <p>Falta de companhia</p>
	<p><i>Tarde. Especialmente o início. E1</i></p> <p><i>Eu gosto do dia da parte de tarde, que estiver sol. E5</i></p>

Unidade de Contexto	<p><i>Gosto mais no final da tarde. Também gosto do meio da tarde. E9</i></p> <p><i>Eu gosto mais?</i> <i>Passear. Vou para a Aguda e para a Granja, é tudo. E2</i></p> <p><i>Arrumar a casa. E3</i></p> <p><i>É à noite que é para jogar playstation. E4</i></p> <p><i>É dormir. E6</i></p> <p><i>Por exemplo gosto mais de andar de trotinete elétrica. Também gosto de ir aos centros comerciais. E7</i></p> <p><i>É assi, eu gosto de me deitar cedo, porque também me levanto cedo, eu gosto de acordar bem-disposto. E8</i></p> <p><i>Posso dar uma ideia? Gostava de ter uma boa companhia. Eu gosto de estar ali, é muito mais calmo, sereno, não se passa nada. E10</i></p>
----------------------------	--

Em primeiro lugar indagou-se o dia-a-dia destes utentes. De um modo geral, todos acordam bastante cedo e realizam as suas atividades de vida diária, como a higiene pessoal e a alimentação. Alguns são ainda responsáveis pelos seus familiares, ajudando os pais assim como dando apoio aos seus filhos. Nos dias da semana, os utentes dirigem-se todos os dias para o CIS, saindo ao fim da tarde ou depois do almoço. Em casa são também responsáveis pela realização de tarefas domésticas, como arrumar a casa e passear o animal de estimação. Existem ainda alguns elementos que vão realizar os seus hobbies, como ir ao ginásio, dar caminhadas ou jogar consola. Aos fins de semana costumam visitar os seus familiares, ir às compras, ajudar os pais e assistir a eventos desportivos.

À tarde, tanto no seu início como no fim, especialmente se estiver bom tempo, constitui a parte favorita de grande parte dos entrevistados. Um dos entrevistados refere a manhã como parte favorita, levantando-se todos os dias bastante cedo. Outro dos entrevistados refere que a sua parte favorita é a noite uma vez que é a altura que pode jogar na *playstation*. Também a noite é escolhida por outro entrevistado, mas por ser a altura que pode dormir. Passear e arrumar são também alturas do dia, independentemente da hora, que os entrevistados apreciam, assim como andar de trotinete. Por fim um dos entrevistados menciona que, apesar de ter um dia bastante sereno, falta-lhe uma boa companhia.

Tabela 5: Análise das entrevistas – dimensão expetativas

Categoria	Dimensão Expetativas
Subcategoria	Preparação para uma profissão pela escola
Unidade de Registo	Sem necessidade de seguir o Ensino Superior Preparação para o mercado de trabalho Sem opinião Concordância Foco na prática Início do trabalho jovem
Unidade de Contexto	<i>Sim. Não só preparar para a universalidade, mas também para uma profissão porque nem toda a gente quer seguir esse caminho da universalidade. E1</i> <i>Isso não sei. E2</i> <i>Não sei. Sei que estive lá para ter bons estudos. E7</i> <i>Sim.E3</i> <i>Sim E6</i> <i>Devia se calhar, se calhar devia. E5</i> <i>Sim. Isso é bom, que assim uma pessoa calha de ir para um sítio que esteve agora a aprender, mas não sabe bem como é a prática ainda, porque tem de resolver mais um bocadinho. E4</i> <i>Eu era moço quando fui trabalhar. E8</i> <i>Eu acho que sim. Claro que sim.E10</i>
Subcategoria	Expetativas após a escola
Unidade de Registo	Ensino Superior Trabalhar Festa Ler e escrever Terminar a escola como objetivo Pouca preparação para a vida real Jogador do Porto
Unidade de Contexto	<i>Estava com ideias de ir para a universidade. E1</i> <i>Comigo? Sei lá, não sei. Ir trabalhar. E2</i> <i>Quando terminou o 12º ano gostaria que viesse uma das profissões. E7</i> <i>Quando terminei a escola fui para cortador de calçado. E depois tirei o curso da máquina para montar os sapatos e fechar calcanheiras. Fui para São João da Madeira tirar o curso também. E5</i>

	<p><i>Não sei. Trabalhar. E3</i></p> <p><i>Uma festa. É o que todos dizem. E4</i></p> <p><i>Ler e escrever. Andava no apoio. E6</i></p> <p><i>É assim, para mim foi um objetivo. foi fazer a vontade aos meus pais tirar o 9º ano e tirei a carta e condução também quando fiz 18 anos. E8</i></p> <p><i>Gostava que houvesse mais preparação de coisas práticas da vida real. E9</i></p> <p><i>Ora gostava de ser jogador do Porto. E10</i></p>
Subcategoria	Alterações no local onde vive
Unidade de Registo	<p>Transportes públicos</p> <p>Supermercado mais perto</p> <p>Vigilância</p> <p>Obras na rua</p> <p>Obras nos prédios</p> <p>Sem alterações</p> <p>Elevador na habitação</p> <p>Mais civismo</p>

Unidade de Contexto	<p><i>Mais transportes públicos, porque lá é muito escasso, na zona onde eu vivo é muito escasso. E1</i></p> <p><i>No local onde eu vivo gostava que houvesse mais transportes públicos com frequência. E9</i></p> <p><i>Ir ao Pingo doce. Não é pertinho. E2</i></p> <p><i>Ir para o Pingo Doce. Porque eu tenho medo de ir sozinha. E3</i></p> <p><i>Aumentar a rua. Alargar a rua, que a rua é muito estreita. E4</i></p> <p><i>Atenção que não é para chegar à beira do portão do muro, porque senão pode cair o muro. E5</i></p> <p><i>Os prédios. Porque os prédios estão quase a cair todos. E6</i></p> <p><i>É assim, o que eu sei é que a minha freguesia tem algumas partes mantidas como já era antigamente e tem algumas partes novas. Para já, gosto de algumas partes novas que apareceu há pouco tempo, eu também gosto de algumas partes antigas. E7</i></p> <p><i>No local onde eu vivo ou na minha habitação? A única alteração que eu precisava era de um elevador que eu tenho escadas</i></p>
----------------------------	--

	<p><i>para o 2º andar, mais de resto estou contente com o local onde vivo. E8</i></p> <p><i>Que as pessoas se portassem bem, não andassem em problemas com outros, barulhos, discussões, porrada. E10</i></p>
Subcategoria	Motivo de integração no CIS
Unidade de Registo	<p>Sugestão por parte da formadora/médico/outro</p> <p>Acompanhou os colegas</p> <p>Sugestão do/a Assistente Social</p> <p>Falta de adaptação à escola</p> <p>Ajuda da mãe</p> <p>Aprender uma profissão</p> <p>Iniciativa própria</p> <p>Noção das capacidades das pessoas</p> <p>Possibilidade de contrato</p> <p>Formação</p>
Unidade de Contexto	<p><i>Mais transportes públicos, porque lá é muito escasso, na zona onde eu vivo é muito escasso. E1</i></p> <p><i>No local onde eu vivo gostava que houvesse mais transportes públicos com frequência. E9</i></p> <p><i>Entretanto a Dra. Filipa, a minha formadora de lá, falou-me deste projeto e perguntou-me se eu estaria interessada e eu disse que sim. E1</i></p> <p><i>Foi a doutora, a nossa doutora Susana. E2</i></p> <p><i>Porque saí da escola, com a Joana e vim para aqui e com o Rui também. Foi a Joana que falou comigo. E3</i></p> <p><i>Um tal Dr. Sérgio da Segurança Social disse que tinha uma vaga aqui em Avintes e eu vim cá com os meus tios. E4</i></p> <p><i>Estive lá 3 meses e depois fui à doutora quando viu o resultado daquele dia mandou-me embora. E5</i></p> <p><i>Porque estava-me a sentir muito mal na escola. A professora disse para eu ficar um ano e eu não, depois a minha mãe ligou-me a dizer que tinha uma proposta para vir para aqui, mãe sim, eu nem pensei duas vezes. E6</i></p> <p><i>Sim, porque eu segui cartonagem e achei que fosse boa ideia experimentar cartonagem. E7</i></p> <p><i>Fui eu que fui à junta de freguesia, porque eu de vez em quando ia lá ver anúncios de emprego e estágios, mas embora eu pretendesse sempre em part-time, uma coisa que é difícil. Eu até arranjava, tive várias ofertas, mas não aceitei porque estava a</i></p>

	<p><i>enganar-me a mim mesmo, porque o médico não me aconselha, ao menos por enquanto, e acho que é difícil, mas se eu conseguisse, estou a ser um bocado ambicioso que eu quero, mas eu não sei se vou conseguir mais, mais vale cinco ou seis horas por dia e trabalhar uns aninhos do que trabalhar um mês ou dois ou três e depois ir abaixo. E8</i></p> <p><i>Tinha expetativa porque íamos de facto estar numa formação e depois ter uma possibilidade de contrato. E9</i></p> <p><i>Foi a Dra Susana que me arranjou a assistente social da câmara. E10</i></p>
Subcategoria	CIS como ferramenta para encontrar profissão
Unidade de Registo	<p>Sim</p> <p>Outros alunos conseguiram</p> <p>Gosto de ser costureira</p> <p>Sem rendimento</p> <p>Ponte com o mercado de trabalho</p>
Unidade de Contexto	<p><i>Sim, eu acho que sim. Os meus colegas já conseguiram. E1</i></p> <p><i>Penso que sim. Gosto de tudo e costureira. E2</i></p> <p><i>Sim. E3</i></p> <p><i>Sim.E4</i></p> <p><i>Sim vai. E6</i></p> <p><i>Sim, eu espero que sim, é bom porque eu agora não recebo nada dantes eu recebia. quando eu estava a modelador recebia 1200, agora não recebo nada. E5</i></p> <p><i>Eu acho que sim ao menos já estamos a abrir portas para isso. E8</i></p> <p><i>Acaba por ser uma ponte e poder entrar diretamente para o mercado de trabalho sem ter que candidatar-me. E9</i></p> <p><i>Eu acho que sim. E10</i></p>

Quando questionados se acham que a escola deve preparar para uma profissão, a maior parte anuiu que esta deve ser responsável para a preparação para uma determinada profissão, uma vez que nem todas as pessoas querem ingressar no ensino superior, permitindo o ingresso no mercado de trabalho, onde a importância é focar na prática. No

entanto, um entrevistado referiu que começou a trabalhar bastante jovem, logo a escola não teve grande influência.

Todos tinham algum tipo de expectativa com o final da escolaridade. Um dos entrevistados esperava ter ingressado no ensino superior, o que não aconteceu, sendo que a grande parte esperava ter começado logo a trabalhar. Um dos entrevistados especificou que queria ser jogador de futebol, nomeadamente, do Futebol Clube do Porto. Também havia a expectativa de que no fim da escola houvesse uma grande festa. Terminar a escola foi também referido, em si, como um objetivo, sendo que ler e escrever foi mencionado como uma expectativa para o fim da escola. Um importante comentário feito por um dos entrevistados foi ressaltar que esta prepara pouco as pessoas para a vida real.

Quando questionados sobre quais as alterações que levavam a cabo no local onde vivem, mais transportes públicos, mais obras nas ruas e também nas habitações são vistos como as principais alterações. Também é referido a existência de mais supermercados, pelo menos mais perto de casa, uma vez que existe o receio de se ir às compras sem acompanhamento. Um maior civismo, nomeadamente, poucas discussões, e menos violência. Foi ainda referido uma alteração mais a título particular que foi a instalação de um elevador no prédio de habitação de um dos entrevistados.

Os utentes foram integrados no CIS por várias razões: em primeiro lugar por sugestão de algum profissional ligado à inclusão social, como o/a formador/a, o/a médico/a, o/a assistente social. Outra razão foi por sugestão de colegas que também integraram o CIS através da ajuda de familiares. Houve ainda um dos entrevistados que revelou iniciativa própria, uma vez que tinha consciência das suas limitações para ingressar num emprego em full-time. Também a vontade de aprender uma profissão foi tida como um dos principais motivos para a integração no CIS. Por fim, a falta de adaptação à escola dita “normal” também influenciou o ingresso de uma das entrevistadas no CIS.

É quase consenso que os entrevistados consideram que o CIS representa uma importante ferramenta para que consigam encontrar profissão, até porque outros utentes conseguiram, constituindo, deste modo, uma importante ponte para o mercado de trabalho.

Tabela 6: Análise das entrevistas – dimensão socioprofissional

Categoria	Dimensão Socioprofissional
Subcategoria	Profissão que deseja
Unidade de Registo	<p>Área da informática Costura/tapeçaria Trabalhar em café Bombeiro Modelador de calçado Professor Trabalhar no supermercado Mecânico Bibliotecário Jardinagem</p>
Unidade de Contexto	<p><i>Qualquer coisa relacionada com a informática. E1</i></p> <p><i>Fazer tapetes. E2</i></p> <p><i>Trabalhar num café. Eu já tive com a minha mãe. No Freixieiro eu tive a tirar cafés. E3</i></p> <p><i>Bombeiro. E4</i></p> <p><i>Eu fazia aquilo que gostava que era modelador de calçado, que era muito limpinho, não sujava nada.35</i></p> <p><i>Stôra. Não sei, mas gostava de ser professora. E6</i></p> <p><i>Recomposição, não sei se estou a dizer bem, mas eu refiro-me àquela parte do supermercado, aquela situação de pôr produtos nas caixas. E7</i></p> <p><i>Eu quando fui para lá eu pedi para ser mecânico e estava todo contente, fui desmontar uma Toyota, que depois era para encaroçar um carro fúnebre, daqueles carros antigos, muito grandes, só que na altura, não havia mecânicos, ou seja, era só chapeiro, carpinteiro e pintor. Então eu pensava que era mecânico, mas fui para carpinteiro. E8</i></p> <p><i>Gostaria de ser bibliotecária. Mas vou trabalhar na zona da livraria, portanto é um passo em frente. E9</i></p> <p><i>Jardinagem. Eu trabalhei muitos anos na junta como tu sabes. E10</i></p>
Subcategoria	Dificuldades de concretização
	<p>Sem dificuldades Não envolve atendimento ao público (informática) Não há ocupação específica Dificuldades nas tarefas diárias</p>

Unidade de Registo	<p>Horários Dificuldade na escrita e leitura Dificuldade associada à organização Concorrer a concursos públicos Fim de contrato</p>
Unidade de Contexto	<p><i>Não é uma profissão de atendimento ao público, que para mim não seria adequado, eu não me sentiria confortável numa profissão que envolvesse atendimento ao público. E1</i></p> <p><i>Não, era tudo 5 estrelas. E5</i></p> <p><i>Ensinou-me bem e eu não tive dificuldades. E8</i></p> <p><i>Não, eu gosto de fazer, mas não há tapetes. E2</i></p> <p><i>Pôr o pão a torrar. O pão de forma E3</i></p> <p><i>Já lá estive uma vez, mas aquilo é até às tantas horas da noite e eu tenho de tomar muitos cafés para estar acordado. Tenho de me habituar. E4.</i></p> <p><i>Um bocadinho, em ler e escrever. E6</i></p> <p><i>Imagino que deve ser fácil organizar os produtos nas prateleiras. Imagino que pode haver alguma dificuldade nessa profissão. E7</i></p> <p><i>Acabo por concorrer a concursos públicos, é sempre uma tentativa. E9</i></p> <p><i>Depois acabou o contrato e mandaram-me embora. E10</i></p>

São várias as áreas que os entrevistados gostariam de trabalhar: na área da informática, na área da costura, na área dos serviços (trabalhar num café, num supermercado), bombeiro, modelador de calçado, mecânico, bibliotecário e jardinagem. Muitos consideram que não existem dificuldades de maior na sua concretização. No entanto, outros referem dificuldades nas tarefas diárias, nos horários, dificuldade de escrita e leitura, dificuldades associadas à organização das próprias tarefas assim como necessidade de ter de concorrer a concursos públicos como as principais dificuldades.

Tabela 7: Análise das entrevistas – dimensão percurso de vida

Categoria	Dimensão Percurso de vida
Subcategoria	Dificuldades na escola
Unidade de Registo	Matemática Educação Física Línguas estrangeiras Sem dificuldades Boas competências de desenho Falta de apoio Solidão Geometria Horários Nível Social
Unidade de Contexto	<p><i>Sim. As duas disciplinas que eu tinha mais dificuldade eram a matemática e educação física. E1</i></p> <p><i>Mais ou menos. Foi nas disciplinas E2</i></p> <p><i>No Freixeiro ou aqui?12º E3</i></p> <p><i>Só mesmo aquelas línguas estrangeiras tipo o inglês e o francês, ainda patinava um bocadinho. E4</i></p> <p><i>Na escola dificuldades, eu não tinha dificuldades. A professora de desenho até queria que eu fosse desenhar. E5</i></p> <p><i>Senti porque ninguém me dava o apoio, eu queria aprender, mas estava sempre sozinha no meu canto. E6</i></p> <p><i>Sentia falta de apoio. Explicarem como é que se fazia as coisas, como é que tinha de se fazer. E10</i></p> <p><i>A disciplina que tive mais dificuldade foi o inglês e a Geometria. E7</i></p> <p><i>Eu quando fui estudar à noite baldei-me porque vinha cansado do trabalho era das 8 da manhã às 6 da tarde, não me deixavam sair mais cedo nem nada. E8</i></p> <p><i>Na escola ao início foram mais dificuldades a nível social, mas foram superadas. Agora qualquer um tem algumas dificuldades académicas. E9</i></p>
Subcategoria	Realidade após terminar a escola
	Sem arranjar trabalho Início de relacionamento

Unidade de Registo	<p>Ingresso no CIS Trabalho Ingresso em escola profissional Estágio Contente com o trabalho</p>
Unidade de Contexto	<p><i>Tentei arranjar trabalho, mas não correu bem. E1</i></p> <p><i>Juntei-me com o meu homem. E2</i></p> <p><i>Fiquei em casa e depois vim para aqui. E3</i></p> <p><i>Arranjei outro sítio para ir trabalhar, para o Centro da Granja. Fazia muita coisa. E10</i></p> <p><i>Fiquei em casa até vir para aqui. E6</i></p> <p><i>Fui para trolha. Ainda ando. A servente, sim. E4</i></p> <p><i>A área era modeladora de calçado, que eu fazia e gostava. E5</i></p> <p><i>Enquanto andei no IAI cheguei a estagiar na biblioteca Municipal de Gaia. E7</i></p> <p><i>E gostava do que fazia. Era bem pago. E8</i></p> <p><i>Acabei por fazer um estágio depois do secundário que acabou por me ajudar. E9</i></p>
Subcategoria	Mudanças após a integração no CIS
Unidade de Registo	<p>Novas relações Melhoria das capacidades sociais Aprender a costurar Aprender a desenhar Conforto e segurança Aprender informática/eletrónica Fazer as coisas direito Sentimento de pertença/inclusão Desenvolvimento de rotina Sair de casa Novos amigos Não é remunerado</p>
	<p><i>Eu sinto que desde que eu cheguei aqui conheci muitas pessoas incríveis e eu melhorei muitos as minhas capacidades sociais. E1</i></p> <p><i>Fazer, como é que se chama aquilo, não sabia costurar, aqui já sei, eu não sei fazer os bonecos, também não sabia, aqui já sei, já estou a aprender e estou a fazer desenhos. E2</i></p>

<p>Unidade de Contexto</p>	<p><i>Sim, estou bem aqui. E3</i></p> <p><i>Muita coisa. Isto aqui, o som é a área que eu gosto, que a gente mexemos em computadores, aparelhagens e tudo, sempre gostei disso. E4</i></p> <p><i>Mudou a minha vida porque eu gosto de fazer as coisas direito. E5</i></p> <p><i>Sinto-me melhor desde que sai da escola. Sinto que aqui ninguém me mete à parte. E6</i></p> <p><i>Na verdade, eu estou a gostar de andar aqui apesar de ter pessoas agradáveis. E porque eu me estou a dar bem com algumas pessoas. E7</i></p> <p><i>Principalmente a rotina porque eu não tinha atividade em casa, eu não puxava para sair. E8</i></p> <p><i>Portanto o que mudou a minha vida foi sair de casa e ter mais um grupo de amigos. E9</i></p> <p><i>Mudou, mas pronto, além de que não ganhar dinheiro. E10</i></p>
<p>Subcategoria</p>	<p>O que gosta mais no CIS</p>
<p>Unidade de Registo</p>	<p>Atividades diversas Pessoas Comida Oficina do som Gosta de tudo Convívio A arte</p>
<p>Unidade de Contexto</p>	<p><i>Aquela técnica que eu estou a fazer agora de enrolar papel, quilting. E1</i></p> <p><i>Do Centro, e ajudar as pessoas, a comida, tudo. Tudo. Tudo. E2</i></p> <p><i>Gosto da Susete. Pintar E3</i></p> <p><i>É a oficina de som. é o que eu gosto. E4</i></p> <p><i>O que eu gosto é o que eu estou a fazer, os papeis. E5</i></p> <p><i>Eu gosto de fazer tudo. E6</i></p> <p><i>Gostando daqueles convívios. Gostando de algumas refeições da hora do almoço. E7</i></p>

	<p><i>Mas eu gosto mais de, como hei-de especificar, tipo arte em si, embora não tenha máquina para fazer as coisas perfeitas. faz-se à mão, mas coisas que tenham a ver com a arte, seja o que for. E8</i></p> <p><i>Fazer os cadernos e o quilting. E9</i></p> <p><i>Gosto de fazer as coisas que estou a fazer lá dentro. E10</i></p>
Subcategoria	O que gosta menos no CIS
Unidade de Registo	<p>Nada a apontar</p> <p>Falta de manutenção</p> <p>Atividades: flores, quilting</p> <p>Algumas refeições</p> <p>Material</p>
Unidade de Contexto	<p><i>Não tenho assim nada que eu goste menos. E1</i></p> <p><i>Sei lá. Não tenho assim grande coisa que não goste assim muito. E10</i></p> <p><i>Tanto? Não sei E3</i></p> <p><i>Menos? A manutenção andar a lixar projetores para pintá-los de novo. E4</i></p> <p><i>Gosto menos é flores.eu não sei fazer aquilo. E5</i></p> <p><i>Eu gosto menos de algumas refeições da hora de almoço. E7</i></p> <p><i>Das coisas que fazemos aqui não vou dizer que gosto muito de fazer quilting, mas estou a fazer até agora porque é um desafio, não é que eu não consiga, mas pronto, não me apliquei nisso. E8</i></p> <p><i>O fio porque acabava por cortar o fio, (...) acabava por a máquina falhar muitas vezes e depois ficava uma fiapada horrível. E9</i></p>

No que concerne à caracterização ao nível escolar alguns dos entrevistados têm o 12º ano completo, outros o 9º ano e outros o 6º ano. Um dos entrevistados esteve 16 anos a estudar uma vez que ingressou na faculdade. Relativamente às principais dificuldades, os entrevistados evidenciam algumas disciplinas, como as matemáticas, as línguas estrangeiras e a educação física. A falta de apoio e as dificuldades ao nível social, como por exemplo, a solidão, também foram referidas como das principais dificuldades sentidas ligadas com a escola. Após terminar o percurso escolar, se muitos tiveram a oportunidade

de trabalhar e estagiar, outros ficaram em casa até ingressarem no CIS. Houve ainda quem iniciasse uma relação amorosa.

Com a integração no CIS, as principais mudanças referidas são o desenvolvimento de novas relações e de um sentimento de inclusão e pertença, fazer novos amigos, melhorar as capacidades sociais, aprender novas competências, tanto ao nível da informática, do som, da costura, do desenho, dos trabalhos manuais. Também o ingresso no CIS permitiu que os entrevistados saíssem de casa, socializassem e desenvolvessem rotinas.

Em relação ao que gostam mais no CIS, os entrevistados referem várias atividades, como por exemplo o quilling, a oficina do som, a arte, mas também as pessoas e o convívio que neste espaço se proporciona. Outros referem a comida e a hora das refeições. No polo oposto, são poucos aqueles que dizem não gostar de alguma coisa, apesar disso pode-se referir falta de manutenção do material e a realização de algumas atividades, como é o caso das flores e do quiling. Algumas refeições também são vistas como o que menos gostam, dependendo do que é servido.

PARTE III- PROJETO DE INTERVENÇÃO

1.Projeto LabIN

A palavra que mais caracteriza a atualidade é a globalização, ou seja, com a multiplicação das trocas à escala do mundo, das interdependências e das ligações que afetam e transformam as sociedades, torna-se necessário refletirmos sobre os efeitos que tudo isto produz nos processos de inclusão das pessoas que se encontram em situação de desigualdade de oportunidade.

As articulações políticas e económicas que atravessam fronteiras e condicionam decisivamente o destino dos que vivem no interior de cada um deles (Giddens, 1998), e o mal-estar provocado por estas mudanças sociais a que assistimos, devem convocar esforços por parte das instituições, quer as do estado, quer as não governamentais, para dar resposta a processos de exclusão social.

Nesta perspetiva, podemos questionar-nos sobre o impacto da mundialização nos problemas sociais e de que forma é que as políticas públicas se flexibilizam ou adaptam para dar resposta aos efeitos por ela produzida?

A globalização tornou particularmente visíveis os desequilíbrios sociais à escala local, como é o caso do desemprego cíclico, os empregos precários, o sentimento de insegurança social, o acentuar dos processos migratórios, os novos modelos de família e de estilos de vida, o que torna os resultados das decisões individuais em certos domínios da vida quotidiana, menos previsíveis e aumentam o grau de risco (Giddens, 1999). Neste domínio passámos a assistir à aplicação de modelos já testados noutros países ou recomendados por organizações supranacionais, destinados a resolver problemas sociais transversais a outras sociedades.

Boaventura Sousa Santos utiliza a terminologia de globalismos localizados para se referir à forma como as famílias e as comunidades reagem aos efeitos macrossociais de ajustamento económico e transformação do papel do Estado. No domínio do emprego, a globalização trouxe profundas alterações, não apenas com o aumento do desemprego, mas com a precarização das relações de trabalho. A sensação de insegurança provocada pelo risco permanente de exclusão do mercado de trabalho aumentou a vulnerabilidade social.

A permanente presença de mecanismos de exclusão social é resultado da precarização das relações de trabalho, mas também das próprias políticas sociais que não

apresentam respostas adequadas às necessidades, como é o caso da habitação, segurança social e saúde, e acentua o risco e a desigualdade social.

Negri e Hardt (2000) reconhecem três aspetos centrais que marcam o carácter desterritorializador e globalizador inerente ao capitalismo: a libertação de populações dos seus territórios, criando um “proletariado livre”; a unificação do valor em torno do dinheiro e o estabelecimento de um conjunto de leis inerentes ao funcionamento do capital. Bauman (2001) propõe a distinção entre uma “modernidade sólida”, territorializada e inflexível, e uma “modernidade líquida”, leve, flexível e desterritorializada. A estreita ligação entre “vida líquida” e “sociedade moderna líquida” é definida pela inconstância, pela ausência e/ou impossibilidade de formas de vida social, pela incerteza e pelo provisório dos hábitos e das rotinas sociais.

Esta ausência de respostas adaptadas é notória quando falamos de cidadãos dependentes, sendo este um dos fatores de maior vulnerabilidade para as famílias. O encargo financeiro que representa é só uma parte da dificuldade, também a escassez de apoios formais ou informais com que estes podem contar é determinante para todo o agregado.

Quando acrescentarmos a esta equação a dificuldade que os cidadãos adultos, portadores de deficiência ou incapacidade enfrentam na sua inserção socio profissional, percebemos que finda a escolaridade obrigatória, onde são “beneficiários” de uma política de educação inclusiva promovida pelo Estado, as alternativas de emprego protegido são nulas, uma vez que estas medidas se encontram sem qualquer tipo de apoio há mais de uma década. As alternativas de emprego com financiamento parcial da taxa de não produção, carece de um tecido económico sensibilizado e disponível para o apoio à população portadora de deficiência ou incapacidade, o que não acontece. Assim, e com o objetivo de criar resposta pública que capacite pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade, para reinseri-las no tecido económico e social, por via da sua integração no mercado de trabalho, será desenvolvido em Vila Nova de Gaia, o projeto LabIN que integra uma resposta do CIS.

1.1. Fases do projeto

1.1.1. Problema social identificado

O problema social que se pretende abarcar é o do desemprego de pessoas com deficiência ou incapacidade no município de Vila Nova de Gaia. Trata-se de um

município pertencente à Área Metropolitana do Porto (AMP) e ao Distrito do Porto, localizado na região norte de Portugal. É o terceiro município mais populoso do país, com 302.295 residentes.

A CMVNG, tal como já foi desenvolvido no ponto 2.5. deste trabalho, tem procurado desenvolver um conjunto de práticas e medidas inclusivas com especial enfoque em públicos vulneráveis e desfavorecidos. Possui uma vasta experiência no trabalho social de proximidade apostando na implementação de dinâmicas comunitárias e projetos de intervenção especializados, designadamente ao nível da inovação social, educação, da formação e emprego, da saúde e do sobre endividamento, e em 2021 criou o Centro de Inclusão Social (CIS) reabilitando um edifício escolar desativado. Com esta resposta passou a admitir pessoas com deficiência ou incapacidade, residentes no município de Vila Nova de Gaia, em situação de desemprego e em idade ativa, entre os 18 e os 66 anos de idade, de ambos os sexos e portadores de deficiência, incapacidade, mobilidade reduzida e/ou doença mental ligeira a moderada. É uma população em risco de exclusão social, maioritariamente com baixas qualificações escolares, desempregada de longa duração e que não se encontrava integrada em equipamentos sociais/educacionais, com falta de oportunidades de formação adequadas à sua condição e à sua integração no mercado laboral. Além disso, por se encontrarem dependentes de terceiros, devido às suas limitações atrás descritas, possuem dificuldade em conciliar a vida familiar com os horários de trabalho.

Estamos perante uma população caracterizada por problemas sociais inerentes à exclusão social, tal como, a baixa escolaridade, a falta de formação especializada, o desemprego de longa duração, a capacidade profissional subestimada, a baixa autoestima, o isolamento social, a dependência social e financeira da família e dos apoios sociais.

Como principais causas das problemáticas apresentadas podemos identificar a ausência de capacitação das entidades empregadoras face à população deficiente ou incapacidade, a ausência de políticas públicas de capacitação através de um modelo de aprendizagem prática e integradora no mercado de trabalho, a discriminação social e o preconceito face a esta população. Além disso, verificou-se, com este estudo, que muitos dos adultos nestas condições, quando qualificados, necessitam de melhorar a sua autonomia, pois não sabem orientar-se na cidade, não sabem como apanhar um transporte para o local de trabalho ou, simplesmente, não têm transporte adaptado às suas necessidades.

Deste modo, o projeto procura combater esta inadequação entre as qualificações e autonomia das pessoas com deficiência ou incapacidade face ao mercado de trabalho, por via do apoio ao desenvolvimento da sua autonomia pessoal e da sua capacitação para o desenvolvimento de tarefas adaptadas às suas capacidades e potenciadoras de valor económico.

Com o LabIN pretende-se a integração de pessoas com deficiência ou incapacidade, residentes no município de Vila Nova de Gaia, em situação de desemprego e que, até a abertura do CIS, não se encontrava integrada em equipamentos sociais/educacionais. Pessoas com falta de oportunidades de formação adequadas à sua condição e à sua integração no mercado laboral, e que por se encontrarem dependentes de terceiros, devido a algum tipo de limitação, possuem dificuldade em conciliar a vida familiar com os horários de trabalho. Esta integração no mercado de trabalho e a, eventual, criação de auto-emprego, pretende fomentar uma atividade profissional regular através da produção e comercialização de artigos upcycling, com impacto social e ambiental, estabelecendo pontes para a sua inserção, através da capacitação de tarefas manufacturadas na área da cartonagem e do design de produto assentes nos princípios da economia circular e desenvolvimento sustentável.

O desenho do projeto LabIN assenta prioritariamente na realização de tarefas de capacitação-ação para públicos sem formação qualificada na área de trabalho e sessões de aprendizagem orientadas para o desenvolvimento da autonomia pessoal, com vista à inclusão social e profissional. O número de pessoas a integradas no projeto é 30, divididos em grupos de 15, por períodos de um a três anos.

1.2. Objetivos, metas e finalidades

O objetivo central deste projeto é desenvolver ações de capacitação e apoio ao emprego das pessoas com deficiência e incapacidade, tendo em vista a sua qualificação e inserção socioprofissional.

a) Objetivos específicos:

- qualificação de pessoas portadoras de deficiências ou incapacidade.
- inserção no mercado de trabalho de pessoas portadoras de deficiências ou incapacidade.
- melhoria das condições económico-sociais das pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade, e por consequência, das suas famílias.

- melhoria da autoestima das pessoas portadoras de deficiências ou incapacidade.

b) Metas:

- Inserção no mercado de trabalho de 10 pessoas desempregadas portadoras de deficiência ou incapacidade.
- Formação/capacitação de 30 pessoas desempregadas portadoras de deficiência ou incapacidade.

1.3. Atividades a realizar e cronograma

Atividade	Nº sessões	Início	Fim
Atividade de Mentoria- apoio individual e orientação de grupos de trabalho	3	Setembro 2021	Julho 2024
Workshop orientado para desenvolvimento pessoal	4	Setembro 2021	Março 2022
Workshop orientado para gestão do tempo e organização do trabalho	5	Setembro 2021	Março 2022
Workshop de produção gráfica	6	Setembro 2021	Março2022
Workshop de introdução das tecnologias na produção gráfica	7	Setembro 2021	Março 2022
Formação- ação na área da cartonagem	8	Abril 2022	Dezembro 2023
Formação-ação na área da produção de embalagens de papel e cartolina	9	Abril 2022	Dezembro 2023
Formação-ação para a produção de etiquetas	10	Abril 2022	Dezembro 2023
Avaliação de competências profissionais	13	Janeiro 2024	Julho 2024
Integração no mercado de trabalho – entidades parceiras	14	Janeiro 2024	Julho 2024
Orientação vocacional de grupos de trabalho	14	Janeiro 2024	Julho 2024

1.4. Recursos Humanos e Financeiros

a) Humanos:

1 Psicólogo/a

1 Assistente Social

1 Terapeuta

1 Monitor Gráfico

.....1 Administrativo

b) Financeiros:

Total do orçamento *309 631.32€*

2. Avaliação

Será efetuada durante o projeto (on-going) e acompanhará a execução do mesmo, produzindo informação para a monitorização e controlo de gestão do processo, numa ótica de melhoria contínua.

Prevê-se que os impactos sociais futuros se façam sentir a vários níveis com este projeto, quer indicando um caminho possível para romper com a situação de exclusão social das pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade desempregadas, fomentando a sua motivação para a procura de novas soluções, sempre com o intuito de alcançar a sua inserção no emprego e na sociedade, quer promovendo uma imagem a qualificação de pessoas em risco de exclusão social favorecendo a aprendizagem ao longo da vida e o acesso das pessoas com deficiência ou incapacidade à qualificação e à inserção social.

Finalmente, pensamos que esta solução pode ser replicada por outras instituições e parcerias.

Abraçar um projeto como o LabIN, no qual são introduzidos requisitos relacionados com aspetos ambientais e sociais ao longo das cadeias de valor e garantir a acessibilidade a produtos e artigos, contribui não só para a inclusão social como também para a aumento do tempo de vida e de reutilização dos produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O escopo deste trabalho, pretendeu analisar a adequação de uma nova resposta social criada em VNG, à realidade do próprio concelho.

Tendo em consideração que os problemas que as pessoas com deficiência e incapacidade enfrentam na sua integração socioprofissional, são problemas sociais complexos, e que as políticas públicas mostram uma enorme dificuldade na capacidade de obter respostas universais para os combater, representarão projetos como o CIS o caminho de futuro? A alavancagem de um projeto à escala municipal pode efetivamente contribuir como uma solução, que vai ao encontro das expectativas dos próprios cidadãos/ãs alvo, tal como, ao mesmo tempo, apresenta uma tendência pública a evoluir e a generalizar-se por todo o território nacional.

A opção pela institucionalização ou a insegurança destes cidadãos/ãs para acederem ao mercado de trabalho, aliadas à impreparação que possuem para lidarem com a sua diferença e com a discriminação social, faz com que o número de pessoas inscritas no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) seja bem inferior à realidade. Não existem políticas sociais e de emprego com grande impacto na integração socio profissional destas pessoas, existem medidas de apoio que constam do Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade, que visam assegurar o seu direito ao trabalho.

Urge alterar o entendimento tradicional sobre os processos de inclusão e exclusão no setor da deficiência. Uma estratégia inclusiva só se alcança se se conseguir potenciar as oportunidades de integração e incorporar todos e todas, originando consecutivamente políticas públicas integradas e orientadas para o desenvolvimento inclusivo. O atual modelo, apesar de existir uma Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, está desarticulado e compartimenta medidas e programas por áreas setoriais (ministeriais), que não possuem um sistema ordenado e eficiente que resulte numa real inclusão social.

Face a esta ação pouco concertada por parte do Estado Central, e uma vez que o serviço público pressupõe a ideia do estado como responsável por proporcionar bem-estar social, oferecendo a todos e todas os/as cidadãos/ãs as mesmas oportunidades, as autarquias poderão assumir um papel fundamental na adoção de medidas e práticas

inclusivas. A sua proximidade com os territórios e atores permite que sejam verdadeiros agentes de mudança.

Atualmente, tem sido sentida a necessidade do Estado Central de descentralizar muitos dos seus serviços públicos, transferindo para as autarquias competências em alguns domínios, ora isto é demonstrativo do reconhecimento da eficácia da intervenção de proximidade.

Com este estudo, conclui-se que as respostas locais são eficientes e promovem verdadeiras condições para a autonomia e igualdade de oportunidades.

A possibilidade de criar respostas inovadoras, que acionem caminhos diferenciados dos convencionais e que catapultem impactos positivos com a utilização eficiente dos recursos impõem-se como uma solução facilitadora para o desenvolvimento de respostas comunitárias, que visem não só um fim social, mas também, a promoção económica.

Esta abordagem inovadora de repensar os problemas sociais potencia a criação de instrumentos adequados às necessidades específicas do setor da economia social e melhora com eficácia os níveis de resposta para a sustentabilidade da equidade social.

A inovação deverá ser uma intervenção de proximidade, mas também de capacitação.

É impossível dissociar estes dois conceitos aquando de um processo criativo de implementação. Assim, e nesta lógica dialética, a comunidade deverá ser capaz de observar, propor, experimentar, para o desenvolvimento de soluções inovadoras e capacitadoras – o “Know How” integrando-as num percurso individual e profissional. Oferecendo ainda, a todos e todas os/as cidadãos/ãs o mesmo sentido de oportunidade. A médio e a longo prazo os resultados emergem subjacentes ao reconhecimento das práticas inclusivas e inovadoras.

Urge, por isso, fixar a comunidade a soluções inovadoras, promover o crescimento do emprego pleno, garantir o trabalho digno, reduzir desigualdades apoiar medidas mais inclusivas, equitativas, resilientes e sustentáveis, por forma a garantir, uma comunidade a bem de todos e pelo bem comum.

Este alinhamento entre uma ecologia social sustentável apoiada nas respostas locais inovadoras e capacitantes, permite reiterar perante os problemas sociais complexos, os princípios fundamentais que promovem a inclusão das pessoas com deficiência ou incapacidade, visando a sua integração em planos de ação, orientados e concertados pela estratégia das políticas públicas.

Democratizar esta ideia, como um processo evolutivo, de que as políticas públicas integradas e orientadas para o desenvolvimento inclusivo são um caminho e que este deverá ser materializado pela proximidade e pelo espírito da inovação.

Criada esta ponte, o caminho que se segue reflete uma efetiva transformação social, mas acima de tudo, permite potencializar às pessoas com deficiência e incapacidade a possibilidade de firmarem a sua real integração socioprofissional.

O CIS, enquanto solução inovadora apresenta-se como uma resposta de promoção humana, que pressupõe uma atitude de cooperação, que capacita, que inclui e que erradica as desigualdades. Esta célula viva, que rejeita por completo o mosaico fraturado da exclusão, mas que promove os talentos e sobretudo a unidade na diversidade.

O CIS, é resultado do presente com impacto positivo no futuro. Uma decisão estratégica sustentada pela responsabilidade social e pelas políticas públicas locais, que reconhecem a importância de priorizar a mudança da sociedade, de forma a potenciar o exercício da cidadania e das respostas práticas e integradoras. Isto significa, que estão criadas as condições para se promover a igualdade de oportunidades, garantindo a todos e a todas o direito de cidadania plena.

REFERÊNCIAS

Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão (s.d.). Edição Instituto Nacional para a Reabilitação.

Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bogdan, R. C. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto.

Bogdan, R. C. & Biklen, S. (2013). *Investigação qualitativa em educação, uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.

Câmara de Vila Nova de Gaia. (2021). *Plano de Desenvolvimento Social de VNG, 2017-2021*.

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. www.cm-gaia.pt

Conselho Nacional de Educação. (2014). *Relatório Técnico, Políticas Públicas de Educação Especial*. Assessoria técnica: Rute Perdigão, Teresa Casas Novas, Teresa Gaspar.

Constituição da República Portuguesa. Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10.

Decreto Lei 346/77 do Ministério da Economia. (1977). Diário da República: Série I de 1977-08-20, n.º 192/1977.

Decreto Lei n.º 129/2017 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. (2017). Diário da República: Série I de 2017-10-09, n.º 194/2017, páginas 5608 – 5618.

Decreto Lei n.º 131/2013 do Ministério da Economia. (2013). Diário da República: Série I de 2013-09-11 n.º 175/2013, páginas 5670 – 5686.

Decreto Lei n.º 131/2013 do Ministério da Economia. (2013). Diário da República: Série I de 2013-09-11, n.º 175/2013, páginas 5670 – 5686.

Decreto Lei n.º 29/2001 do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública. (2001). Diário da República: Série I-A de 2001-02-03.

Decreto Lei n.º 290/2009 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. (2009). Diário da República: Série I de 2009-10-12, páginas 7482 – 7497.

Decreto Lei n.º 35/90 do Ministério da Educação. (1990). Diário da República: Série I de 1990-01-25, n.º 21/1990, páginas 350 – 353.

Decreto Lei nº 40/83 do Ministério do Trabalho. (1983). Diário da República: Série I de 1983-01-25, n.º 20/1983.

Decreto-Lei 54/2018 do Ministério da Educação. (2018). Diário da República, Série I de 2018-07-06, n.º 129/2018, páginas 2918 – 2928.

Decreto-Lei nº 18/1989 do Ministério do Emprego e Segurança Social. (1989). Diário da República: Série I de 1989-01-11, n.º 9/1989, páginas 125 – 127.

Decreto-Lei nº 290/2009 do Ministério do Trabalho e da Segurança Social. (2009). Diário da República: Série I de 2009-10-12, n.º 197/2009, páginas 7482 – 7497.

Durkeim, E. (1998). *As regras do Método Sociológico*. 1ª Edição. Lisboa, Editorial Presença.

Fontes, F. (2009). Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: da caridade à cidadania social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 86, 73-93.

Giddens, Anthony (2000). *O mundo na era da globalização*. Editorial Presença,

Hespanha, Pedro & Carapinheiro, Graça (2002) *Risco Social e incerteza: Pode o estado Social recuar mais?* Edições Afrontamento.

Instituto Nacional para a Reabilitação. (2018). *Convenção sobre os direitos das Pessoas com deficiência e protocolo opcional*. Edição Instituto Nacional para a Reabilitação.

Kemmis, S. & MacTaggart, R. (1988). *Cómo planificar la investigación accion*. Edições Laerts, editorial, SA.

Lei nº 169/99 da Assembleia da República. (1999). Diário da República: Série I, de 1999-ao-18.

Lei nº 24/2011 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. (2011). Diário da República: Série I de 2011-06-16, n.º 115/2011, páginas 3177 – 3178

Lei nº 4/2019 da Assembleia da República. (2019). Diário da República n.º 7/2019, Série I de 2019-01-10, páginas 89 – 90.

Lei nº 46/86 da Assembleia da República. (1986). Diário da República: Série I de 1986-10-14, n.º 237/1986, páginas 3067 – 3081.

Lei nº 75/2013 da Assembleia da República. (2013). Diário da República: Série I de 2013-10-12.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Instituto Nacional para a Reabilitação. (2018). Carta Nacional para a Diversidade. Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão - APPDI.

Monteiro, A. A. (1995). *O lugar e o papel dos Atores num processo de Investigação- Ação*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica.

Observatório da Deficiência e Direitos Humanos. (2020). *Pessoas com Deficiência em Portugal. Indicadores de direitos Humanos*. ISCSP.

Rodrigues, D. (2001). Educação e Diferença - Valores e Práticas para uma escola inclusiva. *Coleção Educação Especial*. Porto: Porto Editora.

Rodrigues, E. V. (2012). Ruturas exigíveis: notas para a desconstrução de algum cientismo desenvolvimentista atual. *Cientistas Sociais e responsabilidade social no mundo atual*. Edições Húmus, Lda,

Serrano, G. (2001). *Investigación cualitativa. Retos e interrogantes*. I. Métodos. Edições La Muralla.

Sousa, A. (2005). *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.

Taylor, S.J. & Bogdan, R. (1992). *Introducción a los métodos cualitativos en investigación. La búsqueda de los significados*. Ed. Paidós, España.

UNESCO. (2016). *Repensar a Educação: Rumo a um bem comum mundial?* Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Universidade de Lisboa (2017). Observatório da Deficiência e Direitos Humanos. *utilizador: Norma APA (7ª edição)*.

https://repositorio.iscteiuil.pt/bitstream/10071/15071/6/Guia%20norma_APA_012021.p

www.cmgaia.pt

ANEXOS